Primeira edição, 1991

Tradução: Marco Aurélio Garcia ("Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero das representações") e Noemia Arantes ("Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo", "Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil" e "Modelo japonês e práticas brasileiras")

Esta edição obedece às normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Nota do editor: mantivemos, nesta edição, o padrão de referências bibliográficas da 1ª edição da obra.

Todos os direitos reservados à **Editora Fundação Perseu Abramo**
Rua Francisco Cruz, 224 – 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br ou www.efpa.com.br

A classe operária tem dois sexos

Trabalho, dominação e resistência

Prefácio à 2ª edição

Introdução

A sociologia do trabalho, desde seus primórdios[1], tem produzido uma ampla literatura sobre processo de trabalho, organização e relações de trabalho, mercado de trabalho e políticas de gestão da mão de obra, sindicalismo e movimentos sociais, e interrogado o próprio conceito de trabalho. O que há de comum nesta produção acadêmica, que resultou num grande número de correntes teóricas e ideológicas, é a invisibilidade das mulheres e do seu trabalho – profissional e doméstico - até o início dos anos 1970, com algumas raras exceções. Quando as mulheres apareciam nestes estudos, elas não eram trabalhadoras como os trabalhadores homens, mas caracterizadas pela sua especificidade, conforme Araújo (2005:88): "a mão de obra feminina como parte do exército industrial de reserva, dadas as características da sua inserção na indústria marcada pela descontinuidade, pela desqualificação e pelos baixos salários".

Os estudos sobre trabalho e trabalhadores realizados no Brasil até a década de 1970 expressavam uma visão homogênea da classe trabalhadora, ocultando a atividade feminina e as desigualdades de gênero no

[1] Podemos situar os primórdios da sociologia do trabalho nos Estados Unidos, nos anos 1920-1930 com a emergência da sociologia industrial; na França, nos anos 1950-1960 com as pesquisas de Friedman e Naville; e no Brasil, nos anos 1960-1970 com as obras pioneiras de Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues.

mercado de trabalho. Os estudos pioneiros destas temáticas no Brasil são de Heleieth Safiotti (1979), desaparecida recentemente, e de Eva Blay (1978)[2]. Ambas tratam da condição feminina e do trabalho das mulheres[3], que são apresentadas como uma categoria específica e sem um enfoque comparativo entre homens e mulheres. Tal enfoque comparativo aparece na sociologia brasileira no início dos anos 1980 com as reflexões de Elisabeth Lobo sobre "Masculino e feminino na linha de montagem", redigido em 1985 em colaboração com Vera Soares e reproduzido no livro que ora apresentamos.

Nos anos 1960 e 1970 há (re)aparecimento do movimento feminista, denominado "a segunda onda do feminismo" tanto nos países da Europa, nos Estados Unidos, como nos países abaixo do Equador. Este movimento centrara parte do seu debate sobre o significado do trabalho doméstico, criando uma palavra de ordem - *trabalho doméstico é trabalho*, e indagando a própria noção moderna de trabalho. O feminismo, deste modo, com suas inquietações e reflexões, influenciou a produção acadêmica contribuindo a tornar visível o trabalho das mulheres e as relações de poder entre os sexos. Na França, em particular, este debate tomou corpo com pesquisadoras feministas, como Danièle Kergoat e sua equipe, que realizaram estudos inovadores sobre as operárias, o trabalho e as reivindicações. Elisabeth Lobo desenvolveu, simultaneamente, durante toda a década de 1980, pesquisas similares sobre as operárias brasileiras, o processo de trabalho e a divisão sexual do trabalho nos estabelecimentos industriais do ABC paulista, a participação das mulheres nas lutas sindicais. Na mesma linha de Danièle Kergoat, na França, mas a partir de trabalho de campo no Brasil, Beth mostrou que "a classe operária tem dois sexos", que "operário não é igual a operária". Também "as práticas coletivas passam a ser vistas como sexualizadas", como comenta Cappellin (1994:89). Esses trabalhos constituem a primeira parte dessa obra, que é apresentada em 2ª edição, vinte anos após seu falecimento trágico no Nordeste do Brasil, em 15 de março de 1991. Fundados em pesquisas empíricas, eles permitem a conceitualização e o desenvolvimento epistemológico e teórico dos textos apresentados na

[2] As teses de doutorado, que resultaram nessas publicações, são anteriores de quase uma década: Saffioti, 1968, Blay 1973.

[3] Assim como na França, onde as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert (1966) e de Viviane Isambert Jamati (1962) tinham como objeto o trabalho das mulheres e a condição feminina mais do que a divisão sexual do trabalho ou as relações homem/ mulher, ou relações sociais de sexo/gênero.

segunda parte do livro. Ambas as partes contribuem para pensar as vias complexas do feminismo enquanto estratégia de luta para a emancipação e para a igualdade de gênero, objeto da terceira e última parte.

De vinte anos para cá, as análises sobre divisão sexual do trabalho se desenvolveram em novas direções que respondem, em parte, às novas configurações da divisão sexual do trabalho no contexto atual de globalização.

Novas configurações da divisão sexual do trabalho (1990-2010)

Se o crescimento do trabalho assalariado e remunerado das mulheres foi constatado em quase todas as partes do mundo desde os anos 1970, três características do emprego feminino são mais recentes, e datam, sobretudo dos últimos vinte anos (1990-2010) e são concomitantes ao processo de globalização econômica e financeira. Trata-se *primeiramente* do processo de bipolarização do emprego feminino: um polo majoritário constituído pelo setor tradicionalmente feminino nos ramos da educação, da saúde, dos serviços, do comércio[4], e um polo minoritário constituído de profissões valorizadas, relativamente bem remuneradas, profissões essas ocupadas em geral por mulheres brancas, não imigrantes, qualificadas (médicas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, advogadas, juízas, publicitárias etc) (cf. Hakim, 1996; Bruschini, Lombardi, 2000).

Uma *segunda* característica é a precarização e a vulnerabilidade dos empregos criados, sobretudo a partir dos anos 1990, que se distanciam da norma do emprego estável em vigor no período anterior. No caso do Brasil, onde o trabalho informal e sem proteção social foi sempre dominante, assiste-se à instabilidade dos empregos estáveis, e a supressão, nos anos 1990, de empregos formais, sobretudo no setor industrial (Dedecca, 2010). Essa precarização social e do trabalho acarretou consequências negativas em termos de remuneração, de saúde, de condições de vida e de trabalho.

Enfim, assiste-se a partir dos anos 1990 à expansão dos ofícios relacionados ao *care* (cuidados), isto é, à mercantilização e à externalização de um trabalho tradicionalmente alocado às mulheres na esfera

[4] O serviço doméstico remunerado constitui a categoria profissional mais numerosa no Brasil: segundo os dados da PNAD de 2009, 7 milhões e 223 mil pessoas têm um emprego doméstico, das quais 504 mil são homens e 6 milhões e 719 mil são mulheres. Sobre as condições de trabalho dessa categoria, cf. Avila, 2010.

dita "privada", no seio da família, trabalho tradicionalmente gratuito e realizado "por amor": o cuidado da casa, das crianças, dos idosos, dos doentes. Trata-se do que podemos denominar a globalização do trabalho reprodutivo, fortemente relacionado ao aumento dos fluxos migratórios internacionais. Acreditamos que não se pode mais hoje, na década de 2010, analisar o trabalho, nem as perspectivas do movimento operário, sem estudar as migrações internas e internacionais (cf. Milkman, 2006).

Novos temas e novos enfoques sobre gênero e trabalho no Brasil (1990-2010)

As transformações macroeconômicas e sociais suscitadas pelo processo de globalização e sua incidência em termos de precarização social e do trabalho, internacionalização do trabalho reprodutivo (migração e *care*) e bipolarização do emprego feminino, abriram novos campos de pesquisa no Brasil. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, a expansão das redes e a financiarização das economias conduziu ao aumento significativo do trabalho assalariado das mulheres nos países em vias de desenvolvimento nos anos 1990, sobretudo em setores como a informática, os centros de teleatendimento, o telemarketing. Os empregos criados são, entretanto marcados pela vulnerabilidade e a precariedade. O estudo das cooperativas e do trabalho associativo, as pesquisas sobre trabalho informal, onde se localiza uma maioria significativa da mão de obra feminina, assim como as novas tendências daí decorrentes do sindicalismo[5], são todos temas de pesquisa desenvolvidos nos últimos vinte anos.

O novo padrão de acumulação do capitalismo e a reestruturação da produção desencadeada em escala mundial implicaram num processo de transformação profunda do mundo do trabalho. Amplo processo de fusões e aquisições nos anos 1990 e início de 2000 trouxe para o campo de pesquisa em ciências sociais, questões como a das diferenças e conflitos de cultura entre e intraempresas (Blass, 2001). Neste contexto, mudanças significativas ocorreram no emprego da mão de obra feminina, apesar da permanência de seu status como "mão de obra secundária" (Abramo, 2007). Para a compreensão destes fenômenos, o trabalho de sociólogas como Elisabeth Lobo foi essencial e dele se valeram as jovens pesquisadoras para a compreensão dos efeitos complexos e contraditórios da globalização e suas consequências desiguais sobre o emprego masculino e feminino.

[5] Para o conjunto desses temas recentes de pesquisa na área do trabalho e gênero no Brasil, cf. os *papers* apresentados nos GTs da ANPOCS, sobretudo no GT Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea.

Estudos sobre novas formas de gestão da produção e as experiências de "trabalho em domicílio" analisado no contexto dos anos 1980 por Abreu (1986) que, compreendem a externalização de atividades, terceirização e subcontratação, mostram a presença significativa das mulheres. A maior parte dessas trabalhadoras é casada, com filhos pequenos, e tenta, segundo Leite (2008), conciliar trabalho assalariado em domicílio com atividades domésticas e o cuidado com as crianças. Um exemplo pode ser encontrado na indústria de calçados (Braga, 2006; Santos, 2006). Kergoat e Hirata (2007) assinalaram que as políticas de flexibilização e de precarização do trabalho acarretaram alterações nos tipos de atividades desenvolvidas por homens e mulheres. Os trabalhos em tempo parcial e marcados pela informalidade dos laços empregatícios passaram a englobar um número maior de mulheres, aprofundando as desigualdades entre os sexos. De acordo com Neves (2000) a força de trabalho feminina passou, então, a ser incorporada por meio das jornadas parciais, dos contratos por tempo determinado e dos trabalhos a domicílio, sem que ocorresse uma revalorização do trabalho realizado. Lavinas e Sorj (2000) mostraram que as mulheres aparecem como a força de trabalho mais sujeita a este tipo de vínculo devido às suas responsabilidades familiares e domésticas.

Mais recentemente, outra possibilidade de emprego para as mulheres de várias faixas etárias no mercado de trabalho, é constituída pelo setor bancário (Segnini, 1998) e de telecomunicações, principalmente as empresas de teleatendimento. Daí um grande número de estudos desenvolvidos sobre esse setor, por exemplo, por Nogueira (2006), Venco (2003, 2009), Freitas (2010) ou Rosenfield (2010). Freitas (2010) considera uma das principais características dessas empresas o uso associado da alta tecnologia com jornadas flexíveis de trabalho e a utilização dos atributos humanos como a voz, e mostra que "a percepção acerca do estereótipo feminino é decisiva para a inserção ou saída das mulheres de determinados setores" (idem: 83). Pode-se notar igualmente que, com a expansão do setor de teleatendimento e do setor de serviços em geral, as questões antes debatidas no quadro dos estudos sobre o trabalho industrial, como autonomia *versus* controle, neotaylorismo ou novas formas de organização do trabalho, são transpostas para os estudos sobre o trabalho no setor terciário (cf. Antunes e Braga, 2009; Rosenfield, 2010).

Um novo tema, não diretamente relacionado à inserção das mulheres no mundo do trabalho, é o da construção de políticas públicas que buscam alterar as condições de desigualdade e ampliar a autonomia das mulheres, em particular sua autonomia econômica e a criação de mecanismos governamentais voltados à intervenção do poder público. Isto foi decorrência das reivindicações dos movimentos de mulheres dirigidas ao poder público para que respondesse às suas necessidades e às novas questões, nascidas do questionamento das desigualdades entre mulheres e homens e ações para corrigir essas desigualdades[6]. A análise sobre as possibilidades da ação do Estado e a definição destas políticas, em muitos casos, vão se apoiar "nas elaborações sobre as relações sociais de sexo e na divisão sexual do trabalho como instrumentos teórico, para iluminar as dinâmicas das desigualdades entre mulheres e homens, e criar ações governamentais" (Godinho, 2007).

Transformações no espaço da fábrica e o lugar das mulheres no sindicato

As pesquisas mais recentes sobre o mundo do sindicato e da indústria indicam claramente a existência tanto de mudanças quanto de permanências na divisão do trabalho entre homens e mulheres num contexto de profundas transformações na organização da produção industrial. Trata-se de um mundo ainda hoje fundamentalmente masculino. Se mudanças fundamentais ocorreram desde os anos 1970 nas relações de trabalho e de poder entre os sexos, uma série de aspectos mostram que a hierarquia do masculino e do feminino continua ativa. Muitas das reivindicações e das denúncias analisadas por Ivete Garcia (2005), a partir da atuação das dirigentes metalúrgicas, químicas e da indústria do vestuário do ABC, são um prolongamento das que apareceram nas reuniões das mulheres trabalhadoras do sindicato de metalúrgicos do ABC, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Estas situações das operárias e as reivindicações também foram estudadas por Elisabeth Lobo, além de John Humphrey, Leda Gitahy, Rosa Moysés, Vera Soares, Maria Berenice Godinho Delgado, e outras pesquisadoras que colaboraram com Elisabeth naquelas pesquisas. A

[6] Para alguns exemplos de analises destes novos temas cf. artigos apresentados em inúmeros números da Revista Estudos Feministas e nos anais eletrônicos dos diversos Seminários Internacionais – Fazendo Gênero, cf. http://www.fazendogenero.ufsc.br/site/capa .

reivindicação por creches nos locais de trabalho aparece nas plataformas sindicais de 2010, como aparecia em 1978.

Outra dessas permanências, é que ainda hoje o mesmo sindicato considera a luta das mulheres como uma "luta específica" (cf. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 2010), como se lutar por igualdade ou por justiça fossem lutas específicas.

Entretanto, existem mudanças. A primeira, que indica o peso dos novos modelos produtivos (células de produção, novas formas de terceirização) e suas repercussões sobre as trabalhadoras, é a intensificação do trabalho. Ela provoca, de um lado, a lesão por esforços repetitivos, de outro, o stress, a depressão e o assédio moral (Garcia, 2005; cf. também sobre gênero e assédio, Soares, 2006). O assédio sexual não data de hoje, pois a "cantada" do chefe é velha como o mundo, mas é agravado por outras formas de pressão sobre as operárias. O "sofrimento mental" aparece na fala das trabalhadoras associado à organização do trabalho e às novas formas de controle, em particular o "autocontrole" (Garcia, id).

Uma segunda mudança se refere à tradicional combatividade operária no quadro mesmo da inserção dessas empresas num polo regional dinâmico, com inovações institucionais como a Câmara Regional do ABC. Globalização e regionalização são duas faces de um mesmo fenômeno, e a dialética do local e do global aparece como um dos aspectos importantes no processo de reestruturação produtiva dessa região nos anos 1990 e 2000.

Uma terceira mudança pode ser apreendida na evolução da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, para Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, sob a coordenação de Maria Ednalva Bezerra de Lima[7], precocemente falecida em 2007, que organizou uma rede feminista de debate e ação composta de organizações sindicais, entidades feministas, ONGs, entidades universitárias etc, em torno de objetivos comuns. Trata-se de um coletivo com uma configuração original, e em plena evolução.

Embora os estudos sociológicos sobre operárias industriais e suas lutas tenham perdido terreno nas duas últimas décadas, as mudanças citadas constituem desafios e, ao mesmo tempo, pistas heurísticas para a pesquisa.

[7] O livro *Mulheres da CUT: uma história de muitas faces* relata esta trajetória de construção deste lugar de representação e organização das trabalhadoras na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sociologia da divisão sexual do trabalho e "coextensividade"

A não hierarquização foi um princípio privilegiado por Beth. Não hierarquização das diferentes experiências, dos objetivos estratégicos, negação das "etapas", do "principal" e do "secundário", do "antes" e do "depois". Talvez a categoria trabalho, unificadora do conjunto de suas preocupações, se prestasse melhor que outras a essa não hierarquização entre teoria e ação, entre as múltiplas dimensões da sociabilidade. Introduzindo o conceito de gênero no trabalho, acabou por subvertê-lo, transformá-lo, descentrá-lo. Demonstrou desde "A prática invisível das operárias", de 1982, até "O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho", apresentado na última Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em fins de 1990, como, a questão "O trabalho: categoria-chave da Sociologia?", não se pode reagir por um sim/não. O modo de vida, o "privado", o pessoal, preenchem o espaço considerado "público", profissional, fabril. O "dia a dia das representações" dá sentido à prática de trabalho profissional e doméstico de homens e mulheres. O lugar do trabalho na construção da identidade, no acesso das mulheres à cidadania era constantemente, por Beth, simultaneamente relativizado e reafirmado – nuances que seus colegas sociólogos(as) nem sempre conseguiram introduzir...

A evolução das teorias da divisão sexual do trabalho, de 1990 para cá, conheceu uma diversificação disciplinar relativamente grande. A própria divisão sexual enquanto noção binária foi implicitamente posta em questão por teóricas como Judith Butler (2005) ou Teresa de Lauretis (2007), cujas análises sobre a cultura teriam certamente interessado Beth, que já em 1987 citava (cf. 1ª edição desse livro, 1991, p. 191 e p. 195 desta edição) a feminista Carol Gilligan, que somente nos últimos cinco anos tornou-se objeto de interesse das feministas na Europa ou na América Latina, a partir da questão de grande atualidade social e científica que é a da ética do "care" (Silveira e Tito, 2008) .

Acreditamos, entretanto que as teorias atuais que têm maior proximidade com o universo teórico de Beth são as teorias da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (2002) e a teoria da consubstancialidade ou coextensividade de Danièle Kergoat (2009). As duas autoras postulam a "interseção" ou a "imbricação" de classe, sexo, raça, sem estabelecer hierarquias. Para Danièle Kergoat, trata-se de um enfoque privilegiado para se pensar a dinâmica das relações sociais. As relações de classe e de sexo foram tradicionalmente tratadas conjuntamente, a incorporação da dimensão racial é mais recente e influenciada pelas teóricas do "blackfeminism". No Brasil, a consideração da dimensão raça pelas pesquisadoras feministas foi bem anterior à França (Gonzalez, 1982, 1983), mas aparece marginalmente na obra de Elisabeth Lobo.

Conclusão

O trabalho, na perspectiva de análise de Beth Lobo, possui uma linguagem que caberia aos cientistas sociais desvendar, do ponto de vista das relações sociais de gênero. Do mesmo modo, são sexuadas as relações de poder, de classe, bem como os movimentos sociais. O decifrar desse enigma implicaria repensar, daquela perspectiva, os "conceitos fundados em relações estruturais onde as representações simbólicas, as linguagens são neutras".

Os estudos de Beth Lobo deixam evidentes as potencialidades analíticas do simbólico na desmontagem e reconstrução das representações e da linguagem de atores e atrizes sociais dentro de uma perspectiva histórica, perspectiva tão cara à Beth, sempre atenta às periodizações e ao processo de formação das classes sociais e da construção do masculino e do feminino. Tais análises exigem abordagens metodológicas que atendam aos pressupostos da interdisciplinariedade no que se refere aos estudos do gênero no trabalho

Enfim, terminamos relembrando a participação de Elisabeth Lobo na construção do Partido dos Trabalhadores, lutando para a incorporação, desde o início, da dimensão feminista – um feminismo de classe – em suas plataformas e programas. Sua atividade redundou em múltiplos textos, apresentados – sobretudo – na última parte desse livro, que continuam sendo de grande atualidade. Beth teria certamente muito a dizer dos rumos tomados pelo PT, suas práticas no governo do país e a vitória de uma mulher desse partido para e presidência da República do Brasil. Apesar da perda, sempre sentida, dessa interlocutora e amiga privilegiada, nossos debates em torno das suas ideias não fazem senão começar, com a publicação da segunda edição de sua obra póstuma.

Leila Blass, Helena Hirata, Vera Soares
Paris, São Paulo, dezembro 2010.